

Lições da Índia - desapego, justiça, política, *paideia*¹

Paulo Ferreira da Cunha²

Resumo: Este artigo trata do pensamento indiano, sob a forma mítica do conto tradicional, proverbial. Mas procurámos não alinhar num velho indianismo exótico ou mitificado. Os principais pólos da nossa reflexão serão o Desapego, manifesto especialmente no domínio da Propriedade e do Trabalho; a Justiça e também a Política, e finalmente a *Paideia*. Em todos estes aspetos temos muito a aprender, embora não a imitar ou para nos limitarmos a importar.

Palavras Chave: Pensamento Indiano, Índia, Propriedade, Trabalho, Justiça Política, Educação, Paideia, Desapego.

Abstract: This article deals with Indian thought, in the mythical form of traditional proverbial tales. But we tried not align for an old exotic or mythologized "Indianism". The main poles of our reflection are Detachment, manifest especially in the field of Property and Labour, Justice and also the Politics, and finally the Indian *Paideia*. In all these fields we have lots of things to learn, but not to imitate or just import.

Keywords: Indian Thought, India, Property, Labor, Justice, Politics, Education, Paideia, Detachment.

I. Do Obstáculo Etnológico e outras Questões Prévias

É difícil pesquisar e refletir seriamente sobre temas que se vulgarizaram, e, ao mesmo tempo, mesmo os estudos mais sérios correm o risco de ser julgados pelo padrão do mediático, da autoajuda, da vulgarização, ou de um vago misticismo em clave *new age*. É inegável que, nestes tempos de eventual crepúsculo ocidental³, alguns Orientes (na verdade algumas versões de práticas e ideias orientais, muito mescladas e *pro domo*) foram adaptados ao paladar euro-americano, e as contrafações são apontadas como originais. É mais um sintoma de decadência... Na voragem, porém, mesmo estudos sérios podem ser confundidos com uma vaga de profanação (que de profanação se trata).

Sejamos claros: sempre olharemos os Orientes de fora se não formos orientais... Não é bom nem é mau em si, é como a *natura rerum* nos fez... Nenhum ocidental se pode, assim, tornar indiano, nem hindu: afirmam alguns especialistas. Não sabemos se convictamente, ou apenas fazendo apelo às “novas crenças” de alguns ocidentais convertidos ou metamorfoseados, há autores da Índia que parece dizerem: talvez, numa nova encarnação, possam os ocidentais amigos das coisas indianas vir a nascer indianos. Nada mais, porém e por enquanto...

Esta asserção é confirmada pelos autores do *Dicionário do politicamente correto*, que lida, pela sua própria natureza, com muitas modas e muitos postigos⁴.

¹ Este artigo é uma *relectio* de um artigo anterior, *Pensamento Indiano: Inspirações e Desafios. Desapego, Justiça e Educação em Contos da Índia*, já editado em obra coletiva, e agora revisto e repensado, a simpático convite do Prof. Dr. Jean Lauand.

² Catedrático da Universidade do Porto. lusofilias@gmail.com.

³ Cf., por último, em português, MOREIRA, Adriano – *Memórias do outono Ocidental. Um Século sem Bússola*, Coimbra, Almedina, 2013

⁴ Cf., v.g., BEARD, Henri /CERF, Christopher – *Dicionário do Politicamente correto*, trad. bras. de Vra Karam e Sérgio Karam, Introdução de Moacyr Seliar, Porto Alegre, L&PM, 1994.

Em *A Viagem de Théo*, “Théo” – nome escolhido a dedo, pela sua conotação divina – Catherine Clément recorda-nos essa banalização das coisas indianas:

Quando se sentem perdidos, os ocidentais adoram mascarar a alma: então, vêm a correr para a Índia, para locais de retiro concebidos para eles, com êxtases coletivos e devoção desenfreada, e os indianos fazem com isso bom dinheiro. São excelentes comerciantes. Até inventaram uma palavra bem divertida para esse comércio particular: “Karma-Cola”⁵.

Os casos de comércio com a piedade não são contudo privativos desta relação. Há-os de muitos matizes e por toda a parte. Com alto sentido de autoanálise, lembremos aquela estória indiana dos quatro ourives.

Quatro ourives tinham fama de piedosos, e por isso eram muito procurados pelos devotos. Cada qual trazia sempre nos lábios o nome de uma deidade hindu, e recitavam os quatro nomes por ordem, à chegada dos clientes: *Kesava*, *Gopala*, *Hari*, *Hare*. Contudo, os ourives eram bengalis, e na sua língua diziam, respetiva e sucessivamente algo bem diverso das invocações divinas:

“ - Quem são estes?”

“- Um rebanho de vacas”

”- Roubo-as?”

“- Rouba-as, sim!”⁶.

Do bengali diz Henri Michaux que tem mais canto, doçura, bonomia e suavidade, com vogais a que chama “suculentas” (ao contrário das vogais espessas de outras línguas da Índia) e em que se respira “uma espécie de incenso”⁷. Impossível de imaginar uma tão mística língua...

Na nossa sociedade global de consumo, muitos creem que até a filosofia e a espiritualidade se podem consumir, e comprar. O número de sítios na *Internet* que vendem beatitude, que treinam para meditações, que fornecem produtos mais ou menos mágicos é multidão... E o mundo real também tem crescente oferta deste tipo.

O nosso primeiro ponto será assim balizado pela ponderação dessas impossibilidades; e mais: Pela dificuldade sequer em entender a *selva oscura* do pensamento indiano, nos seus diversos estratos e miscigenações, nas suas múltiplas ramificações e recíprocas imbricações⁸, pela sua resultante complexidade, e pelo normal estranhamento sentido assim por um ocidental. Sedução, sem dúvida, mas

⁵ CLÉMENT, Catherine – *Le voyage de Théo*, Paris, Seuil, 1997, trad. port. de Maria do Rosário Mendes, *A Viagem de Théo*, Porto, Asa, 1999, p. 1999.

⁶ CALLE, Ramiro – *Los Mejores Cuentos Espirituales de Oriente*, RBA Livros, 2003, trad. port. de Margarida Cardoso de Meneses, *Os Melhores Contos Espirituais do Oriente*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 230. Neste livro se podem colher mais detidas versões de boa parte dos contos que aqui invocámos, de forma resumida (embora, por vezes, nos tenha aqui e ali fugido a pena para a efabulação). Também assiduamente utilizámos os livros de CARRIÈRE, Jean-Claude – *Le cercle des menteurs*, trad. port. de Telma Costa, *Tertúlia de Mentirosos. Contos Filosóficos do Mundo Inteiro*, Lisboa, Teorema, 2000; *Idem* – *Le rire du somnambule*, trad. port. de Serafim Ferreira, *O Riso do Sonâmbulo. Humor e Sabedoria do Mundo Inteiro*, Lisboa, Teorema, 2002. E ainda a bela recolha de DAS, Manoj – *Histórias da Índia Antiga*, tradução de Thalysia de Matos Peixoto Kleinert, São Paulo, Shakti, 1994 (2 vols. anunciados, mas só tivemos acesso ao 1.º).

⁷ MICHAUX, Henri – *Un barbare en Asie*, Paris, Gallimard, 1933, trad. cast. de Jorge Luis Borges, na coleção Biblioteca personal de Jorge Luis Borges, *Un Bárbaro en Ásia*, Barcelona, Orbis, 1986, pp. 24-25.

⁸ Um resumo, numa edição brasileira corrente, pode colher-se na longa Introdução de TINOCO, Carlos Alberto – *As Upanishads*, São Paulo, IBRASA, 1996, máx. p. 55 ss.

sempre estranhamento. Tanto mais que, apesar de muito se dizer que o hinduísmo (expressão ocidental para designar vários fenómenos religiosos da Índia) é um monoteísmo sob forma politeísta (ou fórmulas afins), o que o ocidental mais acaba por captar é a proliferação. E para a mentalidade ocidental “a proliferação é sempre uma ameaça à ordem”⁹. A *ordem* que o Ocidente tanto preza...

Tratamos neste artigo do pensamento indiano, sob a forma mítica do conto tradicional, proverbial. O pensamento indiano (como aliás qualquer outro pensamento a nós exterior, e *pensamento*, em geral, para não especificar filosofias, literaturas, ou religiões¹⁰ – mas assim dando-lhe uma enorme abrangência...) não pode ser visto por um profano, como nós, senão como algo de diferente, intrigante. Mas procurámos não alinhar num velho indianismo exótico ou mitificado¹¹.

“Todo o pensamento indiano é mágico”, assevera o já citado ocidental “bárbaro” Henry Michaux¹². Capaz portanto de inspirar – ou seja, de dar o mote –, fornecer a primeira linha do poema que depois teremos de glosar, já com materiais e forças nossas. Capaz assim também de desafiar – instigando ao estudo, ao cotejo, e à alternativa, intelectual e vivencial. Mas sem ilusões miméticas.

O subtítulo deste artigo antecipa, apenas, os principais pólos da nossa reflexão: o Desapego, manifesto especialmente no domínio da Propriedade e do Trabalho, mas que a todo o pensamento e ação na Índia clássica enforma; a Justiça e também a Política, e finalmente a *Paideia*, que acaba por ser uma importação do sistema conceitual e linguístico helénico para denotar aqui algo que transcende, na verdade, a simples Educação.

A justificação destas reflexões em si mesmas, é mais complexa, mas devemos falar com sinceridade, nosso único alibi ou atenuante. Estas notas ganham apenas sentido e legitimidade numa certa ideia de Universidade – infelizmente muito atacada no presente.

Temos para nós que a clausura da especialização, sem mais, é um mal. Admiramos a tentativa enciclopédica e da cultura geral contra a erudição sobre o ínfimo. Temos saudades das questões livres medievais. E dos autodidatas fulgorosos como Chesterton, capaz de ditar, de cor, um dos mais belos livros sobre Tomás de Aquino¹³. Temos saudades daquele Reitor de uma Universidade portuguesa, Doutor em Engenharia, que escreveu um curso de Filosofia. Temos saudades de um saber ainda não estilhaçado em que cada um defende a sua nesga de terreno, ensimesmando-se cada vez mais numa torre de marfim.

⁹ Jean-Jacques LECLERCLE – *Philosophy Through the Looking-Glass: Language, Nonsense and Desire (Problems of Modern European Thought)*, La Salle, Illinois, Open Court, 1985, p. 95.

¹⁰ Sobre a síncrize entre religião e filosofia, mas implicitamente também abrangendo a literatura, em que se manifestam ambas, logo o início do clássico GLASENAPP, H. von – *Die Philosophie der Inder: Eine Einführung in ihre Geschichte und ihre Lehren*, Estugarda, Kroeners Taschenausgabe, n.º 195, 1949, trad. fr. de A.- M. Esnoul, Prefácio de Louis Renou, *La Philosophie indienne. Initiation à son histoire et à ses doctrines*, Paris, Payot, 1951, p. 12. O grande problema, aqui, é que na Índia não parece haver conceito nem palavra realmente adequados à ocidental “Filosofia” – cf. *Ibidem*, p. 19. O Sânscrito não tem palavra para “filosofia”. Cf. ELIADE, Mircea – *História das Crenças e das Ideias Religiosas*, trad. port., Porto, Rés, 1989, vol. II, p. 45.

¹¹ Para se aquilatar da presença de várias Índias, mais ou menos míticas, em Portugal: SOARES, Rogério Ehrhardt – *Sobre o Sentido da Índia Portuguesa*, Coimbra, s.e., 1967; MACHADO, Álvaro Manuel — *O Mito do Oriente na Literatura Portuguesa*, Lisboa, ICALP, 1983; SILVA, Agostinho da – *Ir à Índia sem abandonar Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1994. Cf. ainda GOLDSTEIN, Thomas – *The Myth of the Indies and the discovery of the New World*, Coimbra, Separata da “Revista da Universidade de Coimbra”, vol. XXVIII, ano 1980, pp. 427-443 (aludindo à grande confusão mito-geográfica). Também útil, embora mais lateral, HENTSCH, Thierry — *L'Orient imaginaire*, Paris, Minuit, 1988.

¹² MICHAUX, Henri – *Op. Loc. cit.*

¹³ Por estranho que pareça (ou talvez não) só o conseguimos ler na tradução francesa: CHESTERTON, G. K. — *Saint Thomas du Createur*, trad. fr., Niort, Antoine Barrois, 1977

Por isso, e porque os universitários devem correr riscos e aceitar desafios, acedemos ao convite / desafio desse nómada do saber que é o nosso querido amigo Prof. Dr. Jean Lauand, e levantamos também a nossa tenda do deserto do Direito, matéria árida, para a montar nas margens do rio sagrado.

Não precisamos, certamente, de pedir mil milhões de desculpas pelos erros e deformações, incompletudes e enganos em que ocorreremos. É óbvia sorte de quem envereda por reflexões sobre matérias de que pouco conhece, com pouco tempo para investigar e menos ainda para reunir ideias e as pôr no papel. E não pediremos, isso não, desculpa pelo atrevimento. O atrevimento, esse, foi querido, e julgamo-lo muito salutar. Não pelos resultados, que são pessoais, e modestíssimos. Mas pelo empreendimento em si¹⁴.

Não queremos ensinar nada a ninguém, muito menos o tema completo deste estudo: a Lição da Índia, na perspectiva, claro está, do *Pensamento tradicional indiano*. Ele está delimitado por um subtítulo, que muito o modela: são apenas inspirações e desafios com que, incidentalmente, topamos no nosso caminho. E sob a mira do Desapego, da Justiça, da Política e da *Paideia*.

Seria decerto normal, e esperável, que tomássemos como ponto de partida os grandes textos sapienciais da Índia (e são multidão) para deles, pela enésima vez, tentar extrair ensinamentos decisivos. Ou então, que nos debruçássemos sobre a obra de matutos investigadores. Ou mesmo de pensadores indianos consagrados, como Vivekananda¹⁵, Dayananda, Aurobindo, Tilak, Ramavatara, Sarma, Sarkar, Radhakrishnam, ou mesmo Gandhi.

Preferimos um trabalho diferente, e mais de acordo com as nossas forças. Tentámos dialogar, sobretudo (embora nunca exclusivamente) com velhas e novas estórias da Índia, aquilatando, nessa literatura mais oral, mais popular, dos traços do pensamento indiano: pois que “a sociedade hindu é proverbial”¹⁶. Sucessivamente procuraremos tópicos essenciais desse pensamento relativos a temas fundamentais para a estruturação do nosso pensamento ocidental: propriedade, trabalho, política, justiça e, finalmente, porque a mais importante de todas, *Paideia*. Já diziam os gregos: *Paideia telion ton nomon*.

Este procedimento inspira-se ainda num dos métodos da própria sabedoria educativa indiana. Sublinha Manoj Das que Vishnu Sharma, contando estórias, conseguiu a formação de três feríssimos, indomáveis príncipes. Essas mesmas estórias reuniram-se no *Panchatantra (Cinco Erudições)*, que teriam inaugurado mundialmente as compilações de fábulas, e teriam tido grande posteridade na Índia com várias outras recolhas pionerias, como o Kathasaritsagar de Somadeva, e os *Jatakas*, compilado pelos primeiros budistas¹⁷.

Não há *Paideia* oriental sem sabedoria, e não há sabedoria sem a parábola, o conto, a estória exemplar, a fábula... Na Índia, o dinamismo e variedade destes géneros literários é particularmente abrangente, e permitir-nos-á sucessivamente perspectivas vários aspetos da respetiva cosmovisão.

¹⁴ O qual glosa o tema de forma impressionista, subjetiva, sem qualquer pretensão de completude, e muito menos sem afetar ou pretender didatismo. Aos adeptos meramente teóricos da trans-, multi-, pluri-, inter-, etc. –disciplinaridade, que fazem normalmente recortes e justaposições de métodos, teorias, paradigmas, importados seguramente, proporemos agora que se descalcem dos seus preconceitos e entrem no templo de outros mundos, de outras racionalidades, de outras realidades, de outros campos de estudos.

¹⁵ Personagem nos nossos dias quase deificada, e autor, entre outros, de um interessante livro, ainda agora útil: VIVEKANANDA, Swami – *What Religion is*, Calcutá, Avaita Ashrama, 2004, trad. port. de Adelaide Petters Lessa, *O que é Religião*, Rio de Janeiro, Lótus do Saber, 2004.

¹⁶ MICHAUX, Henri – *Op. cit.*, p. 40.

¹⁷ DAS, Manoj – *Histórias da Índia Antiga*, cit., pp. 1-3.

II. Lição Indiana da Propriedade e do Trabalho

A importância que os ocidentais dão à propriedade, à riqueza, aos bens materiais, e ao que se possui, em geral (mesmo que não sejam bens), assim como o afã que põem no labor para a aquisição, dá a primazia (no sentido da aparência, ou da ilusão – *maya*) a este tópico. Não é preciso ser-se nem pró-capitalista nem marxista para se compreender que a questão da propriedade, do apego às coisas, às pessoas e a si mesmo é um dos pólos essenciais da cosmovisão ocidental.

Tal não acontece, pelo contrário, com o pensamento indiano que, em geral, prega a recusa dessa ilusão do possuir. E até do possuir-se.

Claro que no Ocidente tem havido filósofos e idealistas (num dos bons sentidos do termo) que pregam o Ser em vez do Ter. Mas, mesmo assim, a ideia é mais do desprendimento dos bens materiais, e muito dificilmente do próprio “ego”.

Parece mais consequente (embora seja para um ocidental uma vertigem, e quiçá um exagero) a perspectiva do desapego indiano.

Algumas estórias podem ilustrar as várias facetas da relação do sujeito indiano com o ter e com o ser “dono de...”

Não se pode dizer que, do conjunto dos textos compulsados, se possa chegar a uma filosofia sistemática de altíssima coerência e univocidade. Nem neste capítulo, nem nos demais. Mas cremos que os matizes se compreendem e nos fazem entender as várias relações possíveis com o ter e o possuir.

Uma ideia de base é a de renúncia.

Num conto popular, um eremita, retirado do mundo, vivendo “espartanamente”. Regressado ao seu refúgio, e vendo que um ladrão o assaltara entretanto, e estava a transportar os seus parquíssimos haveres, ajuda-o a carregar o fruto da rapina. Perguntado por este se era outro ladrão, responde-lhe que é o dono, o proprietário, mas deseja-lhe felicidades. O que deixa o ladrão atônito, mesmo considerando que também ele era indiano. De algum modo, este estava a aliviá-lo das últimas amarras que o ligavam aos bens materiais...

Esta perspectiva é de altíssimo desprendimento, para além da ironia da situação.

Também com significativa carga irónica, que chega a doer, é a estória daquele casal de peregrinos renunciantes que parecem entre si disputar o máximo da ascese e do desprendimento.

Como no caminho houvesse encontrado um diamante, o marido, zeloso, para que a mulher não fosse tentada, procura afastá-lo da vista dela. Ao que esta (que afinal bem vira o diamante desde o princípio), numa reviravolta comum em estórias de falso ascetismo (normalmente com outro tipo de tentações) o acusa de ainda estar muito verde na elevação, pois ainda distinguia a pedra preciosa de simples lixo ou pó.

Também se conta que Govinda, lendo perto de uma torrente, foi apresentado por um discípulo com duas esplêndidas pulseiras de ouro marchetadas de belíssimas gemas. Mirando uma delas, o sábio *sikh* deixou-a cair (de propósito ou inadvertidamente) no turbilhão das águas. De pronto o discípulo se atira à água para a localizar. Haviam passado muitas horas e, vendo a sua procura baldada, regressa o discípulo, pedindo ao mestre que ao menos lhe indique para que lugar ela teria caído. Govinda indica-lhe o lugar: atira a segunda pulseira ao remoinho, dizendo:

“ – Foi ali que caiu”.

Não podemos deixar de recordar que na *Utopia* de Tomás Moro o ouro era considerado metal impuro ou (melhor que isso): banal, e pronto para grilhetas e insígnias para os condenados, e às pérolas e pedras preciosas não dão mais valor que a

berlindes¹⁸. Tal é a vontade de quem procura um mundo não argentarista (pela religião, ou pela utopia) de fazer esquecer os tiques proprietaristas ligados a certos símbolos minerais...

Em geral, a própria riqueza é condenada nestas estórias. Os ricos não têm boa fama.

Numa delas, um guru é posto perante uma charada arquitetada pelos discípulos: qual seria a coisa mais perigosa: um bêbado, um cão raivoso, um papagaio, ou um homem rico. Não se vê a conexão entre as entidades convocadas (e irremediavelmente lembramo-nos do prefácio de Foucault de *As Palavras e as Coisas*¹⁹), mas o mestre não hesita sequer: o rico é o pior. Quer tudo comprar e vergar com o seu dinheiro. A única escapatória é manter a distância face aos ricos.

Numa outra narrativa – pelo contrário mostrando o exemplo da solidariedade, da partilha, da complementaridade e da cooperação –, o inferno é comparado aos homens soberbos que morrem à fome por terem colheres demasiado grandes e o céu o lugar em que com as mesmas colheres enormes os homens dão de comer uns aos outros...

Mas não se deixa de pôr a ridículo o político muito reformador que prega (qual São Martinho, o que partilhou a capa com o pobre) que de tudo se dê metade, mas que, instado por um espontâneo sabido da assistência sobre o futuro a dar a pelo menos um dos seus dois burros, logo protestou ser essa *uma outra história*... Caso parecido ao daquele guru que, confrontado com a sua vida nada exemplar, rematou:

“- Eu predico, não pratico”.

Desistir da disputa ou da posse por bens parece ser a grande solução para a paz e para a própria vida.

A fábula é convocada a intervir neste debate. Uma gralha voava regalada com uma presa no bico. Imediatamente cobiçada por outras, não conseguiu despistá-las; e temendo já por si, tomou fôlego, abriu as asas, adiantou-se nos ares, e deixou cair a caça, com altivez. Também foi metaforicamente que se elevou.

As demais, cá em baixo, despedaçaram-se imediatamente em luta pelo pedaço de carne, que acabou não sendo para ninguém.

No Ocidente, há uma estória semelhante, mas a gralha levava um queijo.

Como recordamos as nossas lições de direitos reais, a teoria do pisca-pisca, e a maçã do tailandês²⁰... Como tanto na vida é luta do próximo pelo que é nosso... E como o que é nosso o pode já deixar de ser pela força do próximo.

De partilha de maçãs se trata numa querela entre dois camponeses. Não chegam a acordo sobre a propriedade dos pomos que, de uma árvore com raízes no terreno de um, contudo caíram na propriedade do outro. Apela para um brâmane sábio, que lhes pergunta:

“- Quereis um julgamento segundo os homens ou segundo Deus?”

Queriam a partilha segundo Deus.

“- Estais certos de que não reclamareis?” – volve o sábio.

Estavam certíssimos.

Então, ele faz dois lotes: num, está apenas uma maçã. Noutro, todas as demais. E à sorte, absolutamente à sorte, atribui um lote a um e outro a outro.

¹⁸ MORO, Tomas — *Utopia*, trad. port. de José Marinho, Lisboa, Guimarães, 1972, pp. 97-98, 100.

¹⁹ FOUCAULT, Michel — *Les mots et les choses*, Paris, Gallimard, 1966.

²⁰ CARVALHO, Orlando de — *Direito das Coisas*, Coimbra, policóp., s/d.

O *suum cuique* dos Homens não é o dos deuses. Insondáveis os seus desígnios, e por isso falamos em sorte. Para designar muitas vezes o que não entendemos.

As disputas pela propriedade são a tal ponto o paradigma das querelas, que uma outra narrativa parece parodiar essa nossa afeição tão extremada pelo ter.

Dois ioguins amigos de há muito caminhavam já na senda da renúncia. Mas parece que tiveram saudades das decerto amigáveis disputas que teriam tido outrora. Um propôs que discutissem, pois de há muito que o não faziam.

O outro assentiu.

Ora de que se foi lembrar o ioguim a quem fazia falta a contenda? Precisamente que, por brincadeira e fingimento embora, disputassem pela propriedade.

Como nada mais de imediatamente exterior tivesse à mão, propôs que discutissem a propriedade de uma malga de arroz. E começou por afirmar a tese:

“- Esta malga é minha!”

O outro ainda replicou:

“- Não, é minha”.

Mas, decerto desconsolado por a disputa lhe não dar mais prazer, no estádio mais adiantado em que se encontrava, logo se dispôs a concordar:

“- Tens razão, amigo, é mesmo tua”.

As querelas precisam do alimento da teimosia e do condimento da voracidade e da insaciabilidade.

Até Brama manifesta a alguma avidez, embora de acordo com a natureza: Tendo sido procurado por um cabrito, que se lhe queixava que todos o queriam comer, confessa-lhe que mal o vê e já lhe cresce a água na boca...

Contudo, dir-se-ia que, tal como nas diferentes morais segundo as diversas castas, o pensamento indiano não é alheio aos negócios do mundo, e ao mesmo tempo que prega altíssimos ideais de desprendimento, também, noutras ocasiões, ensina lições muito pragmáticas para a vida de todos os dias daquelas que se não retiraram nem renunciaram ao mundo.

Vai ser precisamente um retirado do século quem vai dar a solução a uma angústia bem monetária de quem emprestou uma moeda de prata a um forasteiro sem garantia, documento ou testemunha. E que se pré-ocupa com a possibilidade deste não vir a pagar. Onde o homem do mundo fora imprudente e ingénuo, vai o asceta ser ladino.

Depois de se haver lamentado junto dos amigos sem sucesso, recorre o preocupado ao *sannyasin*, que imediatamente lhe dá a solução: ele que peça, tomando aqueles amigos como testemunhas, a restituição das dez moedas de prata.

“- Não eram dez, mas uma” – retorquiu o honesto prestador.

“- Pois. Será isso que ele dirá, na presença de testemunhas” – tranquilizou-o o sábio.

Tudo ponderado, não há como – para a maioria dos mortais, parece – uma *aurea mediocritas*, nem se sendo muito rico nem muito pobre.

Um mestre diz explicitamente a um discípulo confuso: deve-se evitar tanto a pobreza como a riqueza. Uma decerto pode aviltar, a outra sem dúvida atormenta, aflige, obceca. E, da nossa banda ocidental, lembramos Rousseau sobre o ser rico e o ser pobre... ser comprador ou ser comprado: "(..) et, quant à la richesse, que nul

citoyen ne soit assez opulent pour en pouvoir acheter un, autre, et nul assez pauvre pour être contraint de se vendre: ce qui suppose, du côté des grands, modération de biens et de crédit, et, du côté des petits, modération d'avarice et de convoitise.”²¹

Por isso, não adianta alguém se matar a trabalhar, porque a serenidade, a paz e a felicidade se alcançam agora, em cada momento, e não podem diferir-se para quando formos ricos, ou o trabalho terminar. Mesmo na pior desgraça, como no conto do infeliz a ponto de cair num fosso que relata o *Mahabhârata*, ele estende o dedo para colher mel. É a nossa condição no mundo: condenados a uma morte cuja data desconhecemos, ainda assim saboreamos o mel da vida. E assim deve ser.

Uma estória de dois amigos, um trabalhador insano e outro calmo fruidor da hora, corrobora-o. Admoestado pelo laborador, que exorta o amigo a trabalhar mais para depois poder gozar os frutos na paz, o tranquilo responde-lhe o óbvio:

“- Mas eu já tenho a paz...”

Idêntica lição se retira daquela história do homem de negócios muito ocupado que vai procurar um mestre, pedindo-lhe conselho. E sendo este o de começar a ir pensando na sua espiritualidade, pois já não é jovem, o outro concorda, mas adianta-lhe que está muito, muito ocupado. Ao que o sábio dispara:

“- Bravo! Quando morreres, de ti dirão:

“- Excelente homem que se ocupou ao máximo de coisas inúteis”.

Belo balanço de vida.

Coisa muito diferente é a que ocorre com aquele ancião analfabeto que demanda permissão de entrar num mosteiro, aparentemente sem aptidões. Por caridade, dão-lhe uma vassoura. E durante anos, perseverando, varre, varre, varre... limpando a alma das impurezas, exercitando a humildade, e a atenção. E atingindo, por esse labor que é ritual e mantra, a iluminação. Coisa bem diversa. Mesmo o *ora et labora* hodierno parece trepidante, não humilde, não amoroso. E por isso não orante, mas só laborador.

E depois, nem mesmo o que tem, de tudo, no mundo, o maior valor, o ser humano, nem mesmo esse vê reconhecida a sua preeminência. Quando o discípulo pergunta ao mestre o valor de um ser humano, o sábio põe-o à prova. Envia-o com um diamante a sucessivas lojas, com instruções de que avaliem a preciosidade, mas a recomendação estrita de que jamais o venda. Os resultados são os mais díspares para a joia, como o seriam para o Homem, joia das joias. O valor do Homem é incalculável. E, como se vê, valor e preços não têm nada em comum.

Das mais belas estórias indianas sobre o valor da interioridade, e de ao menos alguma renúncia é aquela em que um rei muito dadivoso, cansado de ser esmoler, resolve aplicar-se a encontrar o mais pobre dos seus súbditos. Minorar a má sorte dele, isso sim, seria certo.

Como lhe tivessem indicado como o mais pobre de todos um mendigo que vivia na floresta, o rei voou a cavalo para exercer a sua demiurgia. Como o diabo a Jesus²², “tentou” o monarca ao indigente com vários bens materiais: roupas, casas, comidas... Mas o mendigo não respondia.

Por fim, explicou-se:

“- Não sou eu, mas outro, o mais pobre do reino. A mim é dado o poder de transformar a terra em oiro”.

²¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques — *Du Contrat social*, II, 11.

²² Mt. IV, 9; Lc. IV, 7.

Atônito, mas crente na gravidade do ancião, o rei instou-o a que lhe indicasse esse homem, e, já agora, solicitou-lhe a revelação do segredo.

Para saber de uma e outra coisa, deveria porém o rei dedicar-se a uma certa “disciplina”, que logo aceitou exercer, tal o prémio. Assim, deveria o rei, sem faltar nenhum dia, e por um ano completo, comparecer à presença do poderoso indigente, antes do sol nascer e antes do sol-pôr.

E assim, dia após dia, semana após semana, o rei, meditando com o guru, sem muitas palavras, mas na libertação da floresta, longe dos enganos da corte, compreendeu que o maior pobre do seu reino era ele próprio, e que o espetáculo gratuito e diário do nascer e do pôr do sol era mais belo e mais doirado que o dom de Midas.

Mas a renúncia das renúncias, a mais profunda, a mais significativa, a mais custosa, é, evidentemente, a renúncia ao *ego*. Quando um jovem renunciador recorre a seu sábio pai, confessando-se sem paz, apesar de a tudo (de externo) ter renunciado, acusa a falta da última renúncia. O pai chega mesmo a fazer um matiz na renúncia material: não se trata tanto de renunciar às coisas absolutamente, mas de conseguir não ser possuído pelas coisas. Não ser escravo das coisas. Em contrapartida, o mais importante é alijar o peso do orgulho, do ódio, da opinião... Só com esta última renúncia se encontrará a tranquilidade.

Muitas vezes o orgulho ensandece os renunciadores, os iniciados, alguns mesmo que se cuidam sábios. Duas estórias com rios podem ser postas em paralelo: a daquele camponês que, sem o saber, ganha o concurso de natação enquanto os melhores nadadores do reino desistem ou perecem, porque na verdade tinha caído ao rio, e apenas se deixara levar, sem opor resistência ao caudal; e aquela outra em que um discípulo, cheio de si, tendo um dia caminhado sobre as águas dizendo o nome do seu Mestre, no dia seguinte se julgou autossuficiente, e, bradando apenas “Eu! Eu!”, tenta repetir a proeza. Afogou-se, naturalmente.

III. Lição Indiana da Política e da Justiça

Os múltiplos sucessos e fases históricas da Índia política e jurídica não se compadecem com o caráter e a extensão desta reflexão. Em todo o caso, afigura-se-nos muito significativo o facto de que na Índia, mesmo muito antiga, de que vamos tendo mais notícia, é um momento originário da maior transcendência a invasão indo-europeia, e a imposição eficaz, desde então, de um bastante puro e reconhecível sistema de trifuncionalidade²³, com as manifestações conhecidas noutros lugares, da religião à política, mas que na Índia chega mesmo à estratificação social por castas (que têm uma ancestral ligação rática – casta ou *varma* significa “cor”²⁴), que, apesar de proibidas hoje, ainda se fazem sentir, sobretudo nos lugares menos modernizados e mais conservadores. O natural sincretismo religioso, político e outros, que viriam a estabelecer-se não contrariam a “pureza” da presença de alguns elementos indo-europeus. Mas há disputas sobre esta presença em alguns textos²⁵.

²³ A qual, apesar de algumas posições mais matizadas, aparenta *prima facie* estar patente na trindade central de divindades a que os indianos chamam *trimúrti*: Brama, o criador; Vixnu (com seus dez avatares, como Rama, Krishna e Buda...), o preservador ou conservador; Xiva, Shiva (ou Mahexa ou Maadeva), o destruidor ou renovador (na verdade uma divindade complexa, e, tal como Khali, muitas vezes mal interpretada: cf., por todos, o belo livro de LAKKANA – *Les jeux de 'Siva*, Paris, Éditions Alternatives, 1997). Mas para além destas há muitos milhares de divindades, como se sabe.

²⁴ Como se pode ler no *Rig-Veda*, por exemplo, no mito da origem das castas a partir de partes do corpo do deus Puruxa.

²⁵ Cf., v.g., ELIADE, Mircea – *História das Crenças e das Ideias Religiosas*, trad. port., Porto, Rés, 1989, vol. II, p. 200 (e notas respetivas).

Não é este o lugar também para expor ou teorizar a trifuncionalidade indo-europeia²⁶, e a importância que ela tem para a explicação das relações entre direito e política²⁷, antes do processo de *ius redigere in artem* ou *Isolierung*²⁸, que apenas se produziu no Ocidente, e especificamente em Roma, embora sob a influência filosófica grega. Tem contudo de ponderar-se, com Varma, refletindo a propósito do Renascimento e da Modernidade:

“If one were to go to the root of the problem, one has to find out as to what was the reason that only in the context to the Judeo-Christian and Greek traditions could modernity develop (...) perhaps, we may arrive at the conclusion that there were more common elements between ancient Greece and Modern Europe than ancient India and ancient Greece or between ancient Rome and ancient China”²⁹.

Seja como for, o sistema de castas é um dos elementos determinantes e característicos – ainda que as religiões derivadas do hinduísmo, primeiro (e desde logo o Budismo) e depois a lei moderna, tenham tentado proclamar a igualdade. As castas, as vacas e o karma são considerados, talvez com alguma ligeireza, mas não sem impressividade, os três pontos em comum na multiplicidade de crenças que o hinduísmo comporta, segundo autores modernos³⁰. Num tal sistema, dois elementos têm dimensão jurídico-política: o karma, que pode ser encarado como uma justiça imanente, quer permanente e imediata, quer diferida para uma nova encarnação, e as castas, que bloqueiam a mobilidade social e assim colidem com alguns dos principais valores professados nos Estados de direito democráticos: sendo fator inigualitário e manietador da liberdade, além de injusto. Reconhecendo-se, porém, como é óbvio, (como reconheceu em sede geral Maurice Duverger quanto à ambivalência de toda a política³¹), que também possa haver benefícios. Desde logo sedutores, num mundo, como o nosso, de arrivismos e novos-riquismos, pode tornar-se interessante concebermos a utopia viva de uma sociedade em que cada um é educado para um lugar, e está nele. Sedução vã. Temos certamente que suportar e combater os

²⁶ Para uma muito breve síntese, cf. a obra póstuma de DUMÉZIL, Georges — *Mythes et Dieux des Indo-Européens*, textos reunidos e apresentados por Hervé Coutau-Bégarie, Paris, Flammarion, 1992 e o clássico BENVENISTE, Emile — *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, Paris, Minuit, 1969, 2 vols. Para uma geral identificação cultural / civilizacional, LAZZERONI, Romano — *La Cultura Indoeuropea*, Roma / Bari, Laterza, 1998, trad. port. de Isabel Teresa Santos, *A Cultura Indo-Europeia*, Lisboa, Estampa, 1999. Uma mais antiga investigação: JHERING, Rudolf von — *Les Indo-Européens avant l'Histoire*, op. post., trad. de O. de Meulenaere, Paris, A. Maresq, 1995. Mais recentemente, v.g., MALLORY, J.P. — *In Search of the Indo-Europeans. Language, Archaeology and Myth*, reimpr., Londres, Thames & Hudson, 2003 (ed. orig. 1989). Cf. ainda CUNHA, Paulo Ferreira da — *Repensar a Política. Ciência & Ideologia*, Coimbra, Almedina, 2005, p. 57 ss.

²⁷ Mais desenvolvimentos sobre o pensamento político indiano na clássica tese, atualizada e aumentada, de VARMA, Dr. Vishwanath Prasal — *Studies in Hindu Political Thought and its Metaphysical Foundations*, 3.ª ed., Delhi / Varanasi / Patna, 1974. Sínteses sobre o Direito hindu, em português, in GILISSEN, John — *Introduction historique au droit*, Bruxelas, Bruyant, 1979, trad. de A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros, *Introdução histórica ao Direito*, ed. port., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 101 ss. Para além de obras mais clássicas, de autores como Colebrook, Henry Maine, e do seu celebre *Ancient Law*, Jolly e Georg Buhler.

²⁸ Cf., v.g., THOMAS, Yan — *Mommsen et 'l'Isolierung' du Droit (Rome, l'Allemagne et l'État)*, Paris, Diffusion de Boccard, 1984.

²⁹ VARMA, Dr. Vishwanath Prasal — *Studies in Hindu Political Thought and its Metaphysical Foundations*, cit., p. 415.

³⁰ GAARDEN, Jostein / HELLERN, Victor / NOTAKER, Henry — *Religionsboka*, trad. port. a partir da inglesa, por Isa Mara Lando, *O Livro das Religiões*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005, p. 45 ss.

³¹ DUVERGER, Maurice — *Introduction à la politique*, Paris, Gallimard, 1963, trad. port. de Mário Delgado, *Introdução à Política*, ed. esp., Lisboa, Estúdios Cor, 1977.

arrivistas, os *serial killers* sociais, de faca nos dentes e na liga a tentar subir a todo o custo e sem qualquer ética, porque a prisão a um *status* é contrária à liberdade e à própria dignidade do Homem.

É interessante que as estórias políticas e jurídicas que encontramos, na Índia, não se referem muito às castas. Suspendemos o juízo sobre qual a razão de tal facto, que bem pode ser meramente fortuito. Será que é assunto tabu? Será que os ocidentais que fazem coletâneas não acham a questão importante? Ou a dão por adquirida? Ou serão os indianos que o fazem, não a discutindo?

Já vimos que há uma cosmovisão de solidariedade ou de humanidade³² e que o sentido prático e arguto³³ do indiano comum não se deixa seduzir por políticos que pregam a partilha mas querem manter os seus dois burros.

A mesma argúcia se verifica nas relações entre quem sabe e quem pode. Muitas das estórias indianas relativas ao poder se referem a reis mais ou menos tirânicos que põem à prova súbditos comuns, e mais frequentemente ascetas, sábios, adivinhos, ou conselheiros. Não recordamos uma única em que, verdadeiramente, o poder simples (*potestas*) tenha levado a melhor sobre o saber (que implica uma certa *auctoritas*). Reflexo da prevalência de casta dos brâmanes sobre os guerreiros, origem dos reis?

Numa das estórias, o monarca tenta um eremita até o extremo, perguntando-lhe qual seria o mais poderoso – o rei ou Deus. Sem pestanejar, o santo homem retorquiu que seria o primeiro, para grande espanto e cólera do mesmo, que o obrigou, de pronto, a uma cabal justificação. Ela veio subtil e inatacável, irónica até nas suas implicações lógicas:

“ – Pode mais o rei, porque do seu reino pode exilar quem lhe apraz. Já não Deus, que não tem lugar para onde fazê-lo...”

Idêntica subtileza será a de um conselheiro ao ver que o rei, dementado pela negligência de um falcoeiro, que tinha deixado fugir um dos seus falcões preferidos, o condenara à morte. Virando-se para o pobre condenado na presença do seu senhor, verbera-o em termos incisivos:

“ – Deves ser condenado à morte, porque, além da tua falta horrenda, e do mais, serás responsável pelas calúnias que, entre o povo e em reinos estrangeiros, poderão vir a lançar contra o nosso amado soberano: desde logo, essa de que preferiu a recordação de um animal à vida de um ser humano”.

Entendendo a lição, o rei anulou a sentença que sumariamente houvera expedido.

Estes diálogos são sedutores, dão a imagem de uma sociedade em que não só os animais falavam, mas, apesar das castas, pelo menos a um certo nível, ainda havia contacto direto entre as pessoas. Os detentores do poder eram diretamente apostrofados. Os suplicantes ou requerentes não eram ainda enredados numa maranha babélica de burocracias e intermediários...

Um diálogo num banquete entre um irado primeiro-ministro e um eremita (em ambiente muçulmano, nos parece já) terá sido, sem dúvida, efabulação ficcional. Mas hoje estaria desprovido de toda a verosimilhança.

Andrajoso, chega o eremita ao banquete, muito provavelmente sem ter sido convidado, e escolhe o lugar de honra, antes mesmo de o rei estar presente. Em

³² No mesmo sentido, VARMA, Dr. Vishwanath Prasal – *Studies in Hindu Political Thought and its Metaphysical Foundations*, p. 420.

³³ Cf. *Ibidem*, p. 411.

pânico, e indignado, o primeiro-ministro vai inquirindo da qualidade do eremita, subindo de degrau em degrau, até chegar a Deus, pois sempre ele lhe diz que é superior a todos.

E o intruso, sem sequer hesitar, lhe diz ser superior a Deus.

Convicto da sua fé, o governante fulmina-o:

“- Ninguém é superior a Deus”.

Ao que o outro, muito calmo, concorda:

“- Aí tens. Eu sou Ninguém.”

Lição também de humildade, com caminhos ínvios.

Até os ladrões podem dar lições aos reis. E na Índia os reis sabiam disso.

Certo monarca do Sul, justo e com vontade de aperfeiçoar ainda mais o seu sistema de Justiça, convoca um conhecido ladrão para que lhe ensine a arte de roubar, para assim, melhor prevenir os roubos.

O larápio protesta a sua honestidade com veemência, e aproveita para subtrair um belo anel que o rei trazia. Descoberta a falta, é atirado para as masmorras, sob protestos indignados de inocência. Como crime de lesa-majestade, a pena seria a empalação, no dia imediato.

Justo que era, o rei não conseguiu essa noite conciliar o sono. A ocultas, penetra na cela do condenado, e sem a menor possibilidade que ele suspeitasse da sua presença, surpreende-o choroso e proclamando a sua pureza, clamando auxílio divino para a emenda da injustiça de que estava a ser vítima.

Vendo isto, o rei manda que o soltem.

No dia seguinte, homem livre, indo à presença do trono, por um passe de magia faz o especialista em furtos aparecer o desaparecido anel.

O rei, confundido, indaga das razões daquela atitude.

Ao que o ladrão, muito senhor de si, e um tanto divertido, lhe recorda o pedido real:

“- Não querias que te ensinasse a arte de roubar? Pois tiveste já as primeiras duas lições: Primeira, o ladrão deve sempre afirmar-se reto, respeitador da lei e da ordem. Segunda, mesmo no mais extremo transe não confessará jamais o crime, e sempre protestará a sua inocência. Vamos à terceira lição?”.

Uma outra ideia persistente nesta cosmovisão é a da fatuidade do mundo e suas pompas. Pelo que esta inversão de posições tem um efeito de choque e redenção.

Tem-se como princípio, para o poder e todo o aparato, que “a solenidade é o símbolo dos medíocres”³⁴: um sacerdote escandaliza-se por ver numa casa uma estatueta de um deus ser alimentada como as crianças. Leva-a para um templo. Mas é o próprio deus que o critica, pois se sentia muito bem naquela casa. Bem melhor que no templo.

Tendo-se ausentado da sua modesta cabana por trinta anos, mas consentido que nela ficasse seu discípulo, Chelababa, o guro está de volta. Ninguém o reconhece e já não reconhece o local. Em torno do eremitério, uma feira quinzenal de gatos. Porquê? Naquelas paragens, a meditação tem de fazer-se com um gato amarrado a um pilar: tal teria sido o “seu” ensinamento. Visitando o seu discípulo, tudo se faz claro: o pobre ingénuo, vendo que em tempos ele tivera um gato, e o prendera a um pilar (apenas para ficar sossegado), concluíra tolamente que o requisito prévio da meditação

³⁴ CALLE, Ramiro – *Los Mejores Cuentos Espirituales de Oriente*, cit., p. 63.

seria ter um gato, amarrado a um pilar. Apesar de não saber interpretar os sinais, Chelababa era sincero. E quando pediu para partir com o mestre, este assentiu, com uma condição: a de revelar aos crentes que a era da meditação com gato, e amarrado, tinha passado. Doravante bastava o Homem só consigo mesmo.

Na mesma linha, está a desconfiança nas instituições, que pervertem frequentemente a verdade: Um mestre diabo inspecionava a Terra na companhia de um acólito. Tudo em boa ordem de corrupção, podridão, vício, guerra... Até que o novato chama a atenção do sénior para uma bolsa, uma nesga, um oásis de Verdade no Mundo, propondo-lhe rápida intervenção.

Sem se alterar, o velho diabo responde-lhe, sabedor:

“ – Uma verdade? Fica tranquilo. Logo virão institucionalizá-la.”

Noutra estória, depois de muitas canseiras, um príncipe, numa demanda cujo prémio é a mão da sua amada, alcança pela primeira vez a Verdade. Ela é uma velha e horrenda mulher, que lhe pede que a relate ao Mundo como uma jovem bela Mulher.

O poder é muitas vezes néscio e despótico, subvertendo as instituições a verdade, e evidentemente a Justiça deixa muito a desejar. Desde logo, as leis são em grande medida impotentes para o que mais importa. Nem mesmo aquele rei que ameaçava com o cadafalso a quem mentisse. Pois logo um eremita confundiu o seu capitão, quando lhe inquiriu simplesmente aonde ia.

“- A caminho da força” – bradou o velho.

Confusão total no executor: pois se ele falava verdade, não o poderia enforcar; e se mentia, também não...

A conceção da liberdade é, como podemos calcular, mais individual, ou melhor, menos política. É de uma libertação pessoal (mas não egoísta ou egocêntrica) que se trata. Parecia clamar por libertação o papagaio que na gaiola doirada bradava:

“ - Liberdade, liberdade, liberdade”.

Farto ou condoído, o dono abre-lhe a porta. Pois vai o louro sair? Nada disso. Mais se aperra às grades da sua prisão, e grita ainda mais forte:

“ - Liberdade, liberdade, liberdade”.

Moral da estória ambígua. Mas de entre várias, poderemos pensar na interpretação do mau uso da liberdade. Liberdade que temos, mas não exercemos, e que é a pior das servidões. Do mesmo modo que aquele homem que, sem nenhuma causa visível, acordara algemado pela manhã. Correndo a um ferreiro, este sem dificuldade o libertou das cadeias. Porém, grato, submisso, fiel, o ex-algemado passou a ser tão obsequioso com o seu libertador, tão solícito, tão apegado, que logo este dele se aproveitou e a breve trecho já todos o tinham por seu servo, usado nas tarefas mais baixas e pesadas da forja.

Conta-se também a mudança de atitude (ou aparente mudança) de um sábio muito independente que prezava tanto a sua liberdade ao ponto de não venerar nenhum mestre, de não pertencer a nenhuma escola, de não acreditar em nenhum deus. Anos passados, vão encontrá-lo servindo um eremita, dando-lhe massagens e alimentando-lhe o cachimbo...

Indagam-no então sobre a sua mudança para atitude tão servil.

“ – Servilismo nenhum. Sou agora mais livre. Como ele não precisa do que lhe faço, e não mo pede nem exige, eu faço-o por mim. Não por ele. Se mo pedisse ou exigisse é que seria servidão”.

Apesar desta explicação um tanto meandrosa (e também *et pour cause* talvez) parece-nos é que a tendência para a “servidão voluntária” se revela muito grande em pelo menos algumas pessoas, que assim se despersonalizam. Enquanto, pelo contrário, o próprio do homem não é explorar ou aviltar os demais, nem rebaixar-se a si, mas ser livre, em todas as circunstâncias, mesmo as mais difíceis e constrangedoras da vida.

E neste mesmo sentido tem toda a razão o preso que, dia após dia, largava gargalhadas sonoras, ante a perplexidade do carcereiro, que não se contém e pergunta:

“- Não entendo de que te ris”.

“ – É que daqui, das minhas grades, vejo que, lá fora, os estultos presos cuidam que sou eu o preso”.

Tal pode ser o poder da vera liberdade de espírito. Sem que a liberdade *tout court* possa, contudo, deixar de ser prezada – quer parecer-nos...

É assim que a prisão se pode prolongar no ódio, no rancor, na memória mórbida – qualquer prisão que é qualquer má lembrança. Um pequeno conto nos narra como isso pode suceder.

Dois amigos foram feitos prisioneiros de guerra e estiveram encarcerados por dois anos. Libertados, reencontraram-se dez anos depois. Como um deles tenha tocado no assunto, o outro confessou-lhe que não tinha passado dia nenhum em que não tivesse odiado os seus carcereiros e algozes. O outro, porém, contou-lhe que procedera ao contrário:

“ – Eu, no dia em que saí da prisão, esqueci tudo. Passei dois anos preso. Tu, pelo que vejo, estás preso há doze, e ainda não te libertaste”.

Pergunta, angustiado, o neófito ao mestre quando saberá se alcançou a suprema liberdade interior. Compassivo, o velho responde:

“- Se lá chegares, essa será a tua última pergunta”.

Depois da Liberdade, uma nota só sobre a igualdade. E no ponto atualíssimo e sensível da igualdade de género. Longe tal igualdade, lá como cá. Mas uma ironia fina contra o preconceito se pode ver neste conto:

Um peregrino habitual de lugares santos é um dia questionado sobre a sua mulher. Responde com sobrançeria que ficara em casa. Tratando de coisas banais, sem importância: como dos filhos sua criação e educação, da casa e suas reparações e manutenção, das roupas, dos alimentos, dos campos, e de sua própria sogra e até de parentes precisados. Ele, pelo contrário, ficava com a tarefa importante: meditar sobre a existência de Deus.

Ambivalente lição, apesar de tudo. Como recordaria a estória bíblica de Marta e Maria³⁵. Mas, apesar de tudo...

No Ocidente, pelo contrário, a estória popular mais próxima tem já a ver com a decisão. À mulher incumbiriam decisões consideradas triviais: o que comer, como educar os filhos, onde passar férias, etc. Ao homem, incumbiriam tarefas realmente importantes: ler o jornal e decidir em quem votar.

Passando mais especificamente ao terreno jurídico, é no âmbito judiciário e processual e penal que, como seria de esperar (os contos não são tratados nem polémicas doutrinárias), nos surgem mais estórias.

Há uma grande humanidade na consideração destas facetas da vida. Já vimos o retirado proprietário que ajuda o seu ladrão. Esta consciência da ligação de todos a todos e uma visão não completamente estigmatizadora dos infratores pode

³⁵ Lc. X, 38-42.

surpreender-se noutros contos. Porque, no fundo, o outro também é/sou eu... Ou com o outro se pode aprender.

Tendo presenciado por acaso um assalto perfeito, em precisão, em minúcia, ilumina-se a mente do buscador. Abeira-se do assaltante, e faz-lhe uma proposta inusitada: ele seria seu mestre, de atenção; e o aprendiz de sábio seu professor de ética. Há por vezes parecerias destas que resultam, se ambos ensinarem e aprenderem estritamente o que devem.

Julgamos poder entrever uma geral crítica à injustiça no Direito, que nem sempre respeita o *Dharma*.

Mas não significa todo o arsenal ético e altas nuvens de meditação o desconhecimento de que de algumas habilidades ou subtilezas se tem por vezes de deitar mão para escrever direito, por linhas tortas. Como na relatada estória do credor de uma e não de dez moedas. E não deixa de ser interessante notar que a alta ética e psicologia ficam em sintonia com a técnica jurídica mais precisa, por vezes.

É o que ocorre quando o *sage*, atacado, não se sente tocado pela injúria, que não recebe. Ora há assim crimes construídos dogmaticamente fazendo depender do sujeito passivo a perfeição do tipo legal: não há veras ameaças sem medo, não há injúria sem um sentimento como que de indignação por parte do lesado. Quem não se sente, não é, em certos casos, vítima de dados crimes, que exigem esse requisito, além da factualidade típica comissiva.

Mas a visão abrangente, que leva a compassividade, parece imperar. Com uma aguda percepção do drama da Justiça.

Perante a ameaça da punição, o vidente profetiza desgraças para si: é um pungente conto em que se patenteia a fragilidade ante os poderosos, e a psicologia do condenado, até só do acusado. Como seria bom que quem julga fizesse o exercício de se colocar na pele do outro...

Mas isso precisamente será o que um bom juiz fará – para espanto de todos. Ao contrário do dito terrível do Cardeal Richelieu, para o qual “não pode haver inocentes onde quer que haja culpados”, sentença infelizmente por vezes muito real em ambientes de corrupção generalizada, este juiz vai dando razão a uma parte, depois a outra, e até ao escrivão, que o criticou por tanto irenismo. Era um juiz-ioguim. Ele sabia que a verdade, mesmo a jurídica, é mais abrangente. Como nessa estátua simbólica da Justiça na Lilliput d’*As Viagens de Gulliver*, que em vez de venda tinha vários olhos bem abertos a toda a volta da cabeça, para denotar uma visão plural, de todos os diferentes pontos de vista... Aliás, cada vez ganha mais corpo a ideia de que as clássicas deusas grega e romana da justiça não tinham sequer venda³⁶...

Julgam os juízes ou reis-juízes das estórias indianas por vezes de forma surpreendente. No caso da jovem de Madanpour, entre um marido permissivo, um amante medroso e um ladrão misericordioso, o rei Birbal opta pelo ladrão. Mas não julga a jovem esposa.

E contudo os juízes têm de decidir. O *non liquet* está proibido modernamente. Mas será juiz e condenador quem julga que o é, por instituição?

Um intrigante conto parece afirmar o contrário. O seguidor do Vedanta acreditava na unidade do Ser. Mas nem por isso vivia ensimesmado no seu êxtase. Abertamente criticava o despotismo do monarca reinante. Sentenciado à morte, com a cabeça no cepo já, continuava a ostentar um sorriso doce e compassivo.

³⁶ Cf., por último, a nossa síntese em *Filosofia do Direito. Fundamentos das Instituições Jurídicas*, Rio de Janeiro, G/Z, 2013, p. 210 ss..

Nada podia irritar e intrigar mais o carrasco, que o inquiriu sobre aqueles preparos.

Ao que, coerentemente, voltou o sábio:

“ – Eu mesmo sou o carrasco, e a mim mesmo me condeno”.

E a cabeça rolou, eternizando o sorriso e a sentença.

Lição também ambígua. Uma clave pessimista e derrotada interpretaria (cremos que mal) que a condenação a assinara o sábio ao ser contestatário do poder. E que o fosse? Muitos sabem que o que fazem lhes valerá a perdição terrena, e irresistivelmente o fazem. As palavras de Lutero, descontextualizadas embora, parecem simbolizar essa irresistível força que impele certas pessoas para determinadas ações, apesar delas mesmas: “*Hier stehe Ich. Ich kann nicht anderes*”.

O formalismo jurídico é severamente criticado. A forma mais destruidora de criticar algo é meter esse algo a ridículo. A ridículo ficam os médicos legistas, um notário e o sistema em geral numa estória em que um dado por morto, apesar de se levantar do esquife, vivíssimo já, por razões de haver sido passado o equivalente da certidão de óbito, deveria ser considerado morto, e posto à morte mesmo. O notário viu papéis e testemunhas que atestaram que o agora vivo estivera “morto”. Então, logicamente, acendeu-se fogo à pira, e ele ardeu... vivo.

Depois do picaresco desta estória, tão diversa da ataraxia ou da boa moral correntes nos contos indianos, já não poderá chocar tanto a mudança de papéis entre os “agentes da justiça”, agora latissimamente entendidos.

Como um ladrão assolasse um certo território com sua rapina, pôs-se concurso para polícia. Apareceu, foi provido no cargo, e mostrou-se do maior zelo e competência, um único candidato: o próprio ladrão. A etnometodologia e o interacionismo simbólico explicariam quiçá o fenómeno³⁷. Não haverá ladrões que queriam ser polícias, e, esperamos que não vice-versa? Há um filme da série *Twilight Zone* (traduzida em Portugal por “Quinta Dimensão”) em que sucessivos avatares da mesma personagem surgem no mesmo cenário de um tribunal – ela vai passando pelos vários papéis.

Como se sabe, essas encenações práticas provam que as máscaras se colam aos rostos dos experimentadores. E a melhor forma de evitar que fiquem cristalizados em papéis estereotipados (na ficção, experimental ou não, como na realidade) é fazê-los mudar de posição.

Também em Portugal muitos dos incendiários queriam ser bombeiros, e na guerra da Bósnia, ao que parece, alguns comandantes houveram sido contrabandistas...

Quase mudando de posição, passando de polícias a defensores de um ladrão que nem conhecem, aparecem-nos os representantes da Lei numa estória em que um queixoso, depois de tão criticado por incúria dos seus bens numa esquadra ou delegacia, acaba por lhes volver:

“ – Mas alguma culpa há de ter tido o ladrão!”

Nalgum ponto há de parar a culpa (aqui, quando muito negligência – mas nem isso) do lesado...

³⁷ Cf., por todos, sobre as várias correntes sociológicas, entre as quais a etnometodologia, o inspirador livro de PODGÓRECKI, Adam / LOS, Maria – *Sociologia Multidimensional*, ed. port., Porto, Rés, 1984, máx. p. 117 ss. No domínio especificamente criminológico, não deixando, obviamente, de se referir as estas matérias (e em especial ao interacionismo), o clássico em Portugal é DIAS, Jorge de Figueiredo / ANDRADE, Manuel da Costa – *Criminologia. O Homem Delinvente e a Sociedade Criminógena*, Coimbra Editora, 1984 (há novas edições), máx. p. 342 ss.

Muitas são as estórias meio cómicas com a justiça, talvez porque devamos rir para não chorar ou desesperar. Mas há-as também noutras claves. Há grandiosidade na discussão da Justiça num relato do *Mahabhârata*, em que não podemos deixar de pensar num *Mercador de Veneza* shakespeariano ao invés.

Nele, um rei justíssimo é posto à prova por um falcão e um pombo.

Aparentemente acochado, o pombo poisa na perna do rei e pede-lhe proteção. Prontamente concedida. Logo vem o falcão que reclama alimento em nome da natureza das coisas. Que invoca todos os argumentos, ponderosos, para se alimentar a si e aos seus com o que a natureza lhe confiou como comida. *Suum cuique tribuere*.

O rei tenta, por seu turno, todas as formas de persuasão, prometendo dar ao falcão fosse o que fosse, para poder, por si, honrar a sua palavra, e proteger um ser em perigo.

Uma única coisa, qual Shylok, aceita o falcão: um pedaço de carne do rei do peso do pombo. Prontamente acede o monarca, que vai colocando na balança sucessivos pedaços de carne que a si mesmo vai cortando.

Já esqueleto, ensanguentado, e como jamais nenhuma porção de carne sua iguale o peso do pombo, o falcão mando-o parar e explica-lhe que foi tudo apenas um teste. E os dois pássaros largam juntos.

Intrigante é o processo que as Trevas movem à Luz, acusada de cada vez mais avançar sobre os domínios penumbrosos. Esperam os juízes. Espera o Tribunal. À revelia da autora, o processo é decidido em favor da ré. Porque faltaram as Trevas? É que estavam à porta, medrosas do que inevitavelmente sucederia na acareação: a Luz sempre confunde e dissipa as Trevas.

Inspiradora parábola para juristas, que dela tanto precisam...

IV. Conclusão: Lição Indiana de Paideia

Mais importante que tudo, é a *Paideia*. Dela tudo depende. E por isso ficou para o fim. A catástrofe ameaça seriamente as nossas sociedades ocidentais, que deixaram a simples educação na mão dos “eduqueses”, e não curam de se defender das suas utopias.

O modelo ocidental nunca foi semelhante ao oriental. Contudo, antes da universidade de massas, e da universidade de consumo, que se lhe seguiu, e que é a que temos, ainda havia uma réstia de humanidade, de relação entre os poderes universitários, os professores e os estudantes: entre todos os três. Hoje, a Universidade caminha a passos largos para a sua descaracterização.

O que caracteriza mais a universidade de consumo é a submissão dos poderes internos aos externos (aos governos e ao poder económico), a sedução pela moda, a burocracia crescente chegando à militarização, o culto do mediático, a proletarização (salarial e na consideração e estatuto funcional) de todos os professores, a confusão e até subversão da hierarquia, a pedagogia laxista, o sem-sentido, afinal da Universidade. Já são traços de suficiente desgraça.

Contudo, na América Latina a Universidade poderá renascer, porque não perdeu o seu *élan*. Tal como para a América de língua castelhana sublinhou o filósofo do Direito espanhol José Calvo González, também nós temos jubilosamente apercebido que é aqui, *ultra extra* se diria, que está a possibilidade de florescer a Universidade do futuro, *nova et vetera*. Se resistir às seduções exteriores, às modas, às importações descaracterizadoras...

Não sendo o modelo oriental o modelo absoluto de Paideia, contudo, neste momento de grandes balanços, deveríamos meditá-lo mais. Até para compreender que ele tem com o velho modelo universitário medieval europeu afinidades que significam apenas uma coisa: a universalidade de algumas estruturas ou padrões básicos ou elementares do ensino de nível superior.

E desde logo está o discipulato. Nunca uma universidade transformada em “caserna” ou “colégio de dentro” poderá ter verdadeiro discipulato, por muitos *tutoriais* que artificialmente se introduzam. A relação entre mestre e discípulo é única, insubstituível, e não passa por mensalidades a pagar nas secretarias universitárias (a que nós, em Portugal, chamamos “propinas”), ou em caixa automático.

Passemos então a algumas lições desse mundo com outra calma, outra respiração, e quiçá outro proveito³⁸.

A primeira das estórias desperta-nos para o problema de encontrar um verdadeiro discípulo, como para o de reconhecer um vero mestre.

Um dia, encontraram-se um ancião e um jovem, vindo um de Norte e outro de Sul. Fizeram parte do caminho juntos. Até que o primeiro perguntou ao segundo para onde se dirigia, afinal. Este respondeu-lhe enfática e sinceramente que procurava a luz da sua vida: um verdadeiro mestre.

Passados uns dias, o velho despede-se do rapaz. Este, surpreendido por se separarem, pergunta-lhe então onde se dirige. E a resposta já se adivinha:

“ – Vou à procura de um verdadeiro discípulo. É raro que alguém saiba reconhecer um verdadeiro mestre”.

Há, mesmo no Ocidente, teorias desencontradas sobre quem deve reconhecer ou escolher – se o Mestre ao discípulo, se este àquele³⁹. Provavelmente é um mecanismo de aproximação mútua. Mas pode ser que tenha de haver um momento decisivo, de desvendamento e declaração.

Claro que um Mestre nada tem a ver com os falsos mestres. E há-os de muitos matizes e categorias.

Há os que se vangloriam ou apontam permanentemente o dedo aos demais, culpando-os, como no conto dos quatro monges que, tendo feito voto de silêncio, na verdade sucessivamente falam – para se acusarem.

Há aqueles a quem um mestre com muito acerto chama “lavadeiras”. Porque lavam, batem, esfregam, encharcam as roupas de outros, ideias de outros, e nada de seu têm. Quando entregam a roupa aos clientes, ficam com a paga, mas sem o material em que se afanam.

Há os nefelibatas, que vão para um congresso sobre a mente, e falam muito em estar atento, mas nem dão pelo acidente que têm, no caminho. Os que precisam de ser acordados por uma bofetada, porque nenhuma teoria os deixa despertos. Porque a bofetada, afinal, é o que lhes falta: experiência. E quando alguém recebe uma bofetada deixa de pregar o relativismo e o niilismo... e avança para quem lha dá, com ganas de retribuir.

Há os imitadores, que perguntados sobre o que é a Realidade, copiam apenas, mimeticamente, o gesto do Mestre, apontando o céu com o dedo indicador. Coisa semelhante é o do ensinamento, passado de mestre a discípulo, de que a vida é, por

³⁸ Muitas lições de educação já podem ser tiradas de anteriores estóricas, como é óbvio.

³⁹ Alguns contributos relevantes são os da escola da “Filosofia portuguesa”, que se baseia também, no discipulato. Cf., por todos, BOTELHO, Afonso — *Três Mestres do Conhecimento*, Lisboa, Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1993.

exemplo... “uma fonte de água quente”, como relata um conto de uma demanda, meio humorístico.

Há os que cuidadosamente velam, e por acaso de geração em geração, um santuário erguido a um burro (que fortuitamente lhes morreu pelo caminho), explorando a credence alheia...que toma o lugar por santificado.

Há os que são armazéns de conhecimento: como a chávena de chá cheia em que se continua a verter chá, ou como aquele postulante a quem é pedido que volte a procurar o mestre um ano depois. Porquê, se o Mestre apreciara o seu saber? Não precisamente isso. Não apreciara, apenas ele respondera acertadamente às questões: e vendo-se que sabia muito, precisaria de um ano ao menos, para esquecer... E finalmente poder aprender.

Outro neófito impaciente deixa fugir um ratinho de uma caixa que deveria levar de um mestre a outro:

“ - Incapaz de tomar conta de um ratinho – diz-lhe o recetor frustrado – , como poderias receber a devida instrução?”

Toda a pressa é rejeitada. Sobretudo a pressa dos que rapidamente, queimando etapas, querem afetar conhecimento e ser chamados Mestres. Vaidade das vaidades...

O caminho do saber é estreito, custoso, longo, e cheio de armadilhas. E em geral não é o Mestre que “ensina”. É o discípulo que tem de aprender, e à sua custa. Muitas vezes dolorosamente.

“ - Quantas folhas tem aquela árvore? – pergunta o discípulo ao guru.

Sem pestanejar, e muito naturalmente, volve-lhe o mestre:

“ – Oitenta mil seiscentas e quarenta e seis.”

Atónito com tamanha segurança, o jovem pede a confirmação, que lhe responde, com um encolher de ombros:

“ – Olha, se não acreditas, sobre à árvore e conta-as uma a uma.”

E esta é das estórias mais benévolas. Como é diferente a pedagogia que ensina que só se sabe com esforço da pretensa didática da “papinha feita e mastigada” pelo professor ocidental moderno, que faz tanto jus à etimologia da palavra “pedagogo”: afinal um escravo.

Recordemos a sorte do discípulo imitador: o seu dedo espetado ao alto será cortado pelo Mestre. O domador de leões tem que ser como um deles – conta-se num outro relato. Tem de se viver para aprender.

É preciso um longo treino, de atenção sobretudo. Como no conto do preso que, sendo transferido de uma cadeia para outra, foi obrigado a transportar uma taça de azeite à cabeça, e se a virasse, logo um carrasco, munido de portentoso machado de fio cintilante, lhe cortaria o pescoço. Passando pela rua um bando de folgazãs bailarinas estava a ponto de se desconcentrar. Mas a sua cabeça valia mais, e continuou em frente, sem derramar uma gota⁴⁰. “A atenção é a atenção”, diz um mestre – o que é grande definição.

É preciso saber ver. Ver apenas, às vezes ver o óbvio. Como a função da vela que um ioguim colocava junto de uma candeia, à noite, quando estudava os textos sagrados. Servia apenas para que com a vela se entretivessem os mosquitos, deixando-o sossegado a ler à luz da candeia...

⁴⁰ Cf. uma variante in CARRIÈRE, Jean-Claude – *Tertúlia de Mentirosos. Contos Filosóficos do Mundo Inteiro*, cit., p. 137 ss.

O ver às vezes é ver de ritual, ou de símbolo. Vendo uma pequena coisa, vê-se tudo o resto, ou atinge-se o essencial. Um discípulo diz que do mestre precisa apenas de ver como apertava as sandálias.

A conduta do que sabe é modesta, e indiferente ao mundo. E muito mais às suas fúteis glórias. Um mestre aconselha o discípulo a ser como um morto, absolutamente inerte e indiferente, quer a insultos, quer a elogios. Buda afirma que o mundo discreta com ele, mas ele não discute com o mundo.

Este desprendimento é aquilo a que outro sábio acaba por considerar doença saudável. Mas vários contos admoestam contra os exageros do falso ascetismo. Que tanto é falso por ser hipócrita, como no caso de ser real, mas exagerado.

Um asceta recebeu acolhimento na propriedade de uma anciã, e nos limites das suas propriedades vivia, em ermitério, ao que parece santamente. Um dia, recebendo ela a visita de uma moça bela e de mente clara, convida-a a aproximar-se do eremita, que, como é hábito, quase sem exceção em contos com esta estrutura (indianos⁴¹ ou não), a repele. Perante a insensibilidade confessada do monge (que se diz árvore seca e rocha fria), escandalizada, a dona do local expulsa-o.

Uma estória envolvendo Buda é mais clara, sem ambiguidades.

Passeando com seus discípulos por caminho pedregoso, Buda indaga por que estão tintas de sangue as pedras. Dizem-lhe que é sangue de um monge, Sona, que fora exímio músico de alaúde na corte, e tudo deixara para se purificar. Mas – explicam-lhe ainda – como é incapaz de progredir tão depressa quanto gostaria, castiga o corpo andando propositadamente descalço sobre as pedras.

Mandando-o chamar, é com o equilíbrio musical que Buda lhe prega uma parábola. Pergunta-lhe se o alaúde soava bem com as cordas lassas. Não soava. E com elas retesadas? Também não. Então, conclui Buda:

“ - Assim a vida: sem exagero na lassidão nem no aperto”.

A metáfora ou imagem da corda, agora no arco e flecha, é a que preferimos de toda esta sapiência, e com ela encerramos.

O melhor arqueiro do reino ensinou a sua arte diligentemente ao Príncipe. Não tem, em teoria, excessiva ciência. A isto se resume: esticar a corda, e soltar. Esticar e soltar...

A última lição do arqueiro, quando o Príncipe é já um excelente atirador, e com os olhos fechados, é mais complexa. Da prática do tiro ao alvo, passar para uma mais prática ainda mais concreta, e mais arriscada: manejar arco e flecha da vida. Viver harmonicamente não é senão isso mesmo: esticar e relaxar, tomar e desprender, deter e abandonar. Em equilíbrio, e conforme os casos e as ocasiões.

Recebido para publicação em 02-01-14; aceito em 30-01-14

⁴¹ Um dos contos mais canónicos é o da sedução de Marici. Cf. *Ibidem*, p. 182 ss., muito longa para o nosso espaço.